

Uma retórica da colonização: reflexões em torno da influência de Gilberto Freyre na obra de Luís da Câmara Cascudo

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA*

Em 1956, ao publicar “Geografia do Brasil Holandês”, Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) construiu toda uma investigação de um espaço chamado “Brasil Holandês”, espaço que teria existido em meados do século XVII e a partir do qual Cascudo imaginou ser possível pensar uma construção espacial na época em que ele mesmo viveu chamado “Nordeste”. Ao longo de todo o livro, Cascudo edifica reflexões sobre os mais variados temas referentes ao “Brasil Holandês”, descrevendo e explicando os diversos elementos (como a cultura, a sociedade, a política etc.) que o definiam enquanto espaço e símbolo de um momento central da História do Brasil e, especialmente, de uma imaginada História do Nordeste.

Este artigo tem como objetivo pensar a ideia de espaço no livro *Geografia do Brasil Holandês*. Ele parte da hipótese que tal ideia foi pensada, em grande medida, a partir da relação entre Luís da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, concentrando-se, aqui, na leitura que Cascudo realizou da obra de Freyre. Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento que busca compreender como seu deu a construção de uma “geografia” de um período localizado no tempo e no espaço chamado “Brasil Holandês”. No texto que desenvolvemos aqui, vamos nos concentrar na relação entre Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo, vista através do tratamento que Cascudo dá a um dos temas centrais em seu livro sobre o “Brasil Holandês”: a questão das raças e a miscigenação, um tema também bastante caro à Freyre. Acreditamos que compreender a leitura que Cascudo faz de Freyre é central para compreendermos não só a “geografia” acima referida como, também, para se entender como se deu a tentativa, por parte de Cascudo, de descrever e significar uma dada concepção de espaço que atravessa todo o seu livro.

Em sua análise do domínio holandês em parte do Brasil, Cascudo elege, explicitamente, o espaço como elemento central. Entendemos o espaço aqui na

* Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é aluno de pós-graduação (Mestrado) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista da Capes (Demanda Social).

concepção de Certeau, para quem o lugar é uma configuração instantânea de posições, sendo o espaço um lugar praticado (CERTEAU, 2008). Neste ponto, contudo, poderíamos lembrar a leitura que James Clifford realizou de Certeau em seu livro *Routes*. Se Clifford, em seu livro, trata de temas e momentos da História que diferem das do autor deste artigo e do próprio Certeau, seu resumo simples e extremamente objetivo das ideias deste último explora um dos pontos centrais da concepção de espaço deste. Isso faz dele um autor cujas palavras poderiam descrever muito bem a forma através da qual a categoria espaço aparece em *Geografia do Brasil Holandês*. Segundo Clifford, o espaço para Certeau aparece de modo duplo: “ele é discursivamente mapeado e corporalmente praticado” (CLIFFORD, 1997:15). O próprio Cascudo, como se verá a seguir, vai mapeando um espaço discursivamente por ele delimitado (a “geografia” do “Brasil Holandês”), vivenciando-o enquanto uma continuidade do espaço que ele mesmo habita e no qual vive “corporalmente”: a região chamada “Nordeste”.

Do ponto de vista metodológico, analisaremos o livro de Cascudo levando em conta três aspectos constitutivos da investigação e descrição de sua “geografia”: seu enredo, sua argumentação e as implicações ideológicas que podem ser aí percebidas. Seguindo Hayden White (WHITE, 1973; 1978), o autor deste trabalho irá privilegiar alguns autores que o auxiliarão no momento em que ele tenta pôr sua teoria em prática, testando sua hipótese: para a dimensão do enredo, partiremos das considerações de Northrop Frye (FRYE, 1957); para a argumentação, é a partir de Stephen C. Pepper que construiremos nossa reflexão (PEPPER, 1942); por último, para as implicações ideológicas da postura adotada por Cascudo ao construir seu texto, teremos em mente Karl Mannheim (MANNHEIM, 1936). Nesse ponto, em meio a tais considerações teóricas e metodológicas, é importante dizermos que tais autores, aos quais cada aspecto de nossa análise irá se referir, serão tomados como ponto de partida para pensarmos cada um desses aspectos e não como objetivos finais que seríamos capazes de alcançar apenas enquadrando a obra de Cascudo e Freyre nas categorias descritos por eles. As categorias de Frye, Pepper e Mannheim, desse modo, servirão de ponto de partida para pensarmos a obra de Cascudo e sua leitura de Freyre, servindo como exemplos e indicações (porém não palavras finais e definitivas) em torno de algumas das construções de enredo, argumentação e das conseqüentes implicações ideológicas

percebidas aí. O leitor deste artigo não irá se deparar com “enquadramentos”, mas sim com reflexões mais gerais e amplas.

Atualmente é possível observar-se, e isto já foi ressaltado e analisado diversas vezes por vários daqueles que já estudaram sua obra, que Gilberto Freyre encontrou na ideia de miscigenação e na questão racial um dos temas centrais que apareceram em vários de seus livros. Em *Casa-Grande e Senzala e Nordeste*, para citar apenas alguns exemplos, Freyre coloca tais temas como constantes em suas reflexões, elementos a partir dos quais pensar uma identidade nordestina a partir de, entre outras coisas, da relação entre homem e espaço. Nessa relação entre homem e espaço, em que este último possui características próprias, sendo habitado por homens com traços físicos e psicológicos peculiares, Gilberto Freyre termina por projetar sobre a história dessa relação muitos dos termos de sua época. Não estamos discutindo aqui se isso foi correto ou não. Nossa ideia é que, ao pensar o passado dentro de termos e configurações do presente, Freyre naturaliza uma região (o “Nordeste”), colocando-o em uma ligação organicista com um passado colonial brasileiro que só se explica, se legitima e, enfim, só faz sentido, se pensado como uma continuidade sem rupturas, como se o Nordeste pudesse ser encontrado, em seus diversos traços em um longe e distante passado (FREYRE, 2006; 2004; LARRETA et al., 2007; KOSMINSKY et al., 2003).

Pensar a História do Brasil e contar a História do Nordeste, situando ambas em um presente em continuidade com o passado, tendo como um dos temas centrais os elementos raciais nele presentes, foi algo que chegou a ser posto em prática em vários livros de pessoas que seguiram todas ou pelos menos algumas das orientações de Freyre. Talvez uma das obras mais conhecidas que se concentraram em pensar o Nordeste e o “Brasil Holandês”, ligando-os a uma identidade nacional a partir do regional foi José Antônio Gonsalves de Mello em seu livro *Tempo dos flamengos* (MELLO, 2007). Primo de Gilberto Freyre, Mello parece ter posto em prática muito do que Freyre pensava ser a estrutura geral da História do Nordeste e do Brasil, confundindo-as diversas vezes, em um de seus momentos específicos: o período do domínio holandês no Brasil. No prefácio ao livro de Mello, Freyre delineia aqueles que seriam os traços gerais de uma “visão sociológica do conjunto do período holandês” (MELLO, 2007:18). Isto, em outras palavras, significa tentar pensar esse momento específico a partir das várias considerações e reflexões que Freyre delineou em diversos

pontos de seus próprios livros. Entre elas, suas reflexões e considerações em torno das raças a partir das quais se pode pensar uma identidade nacional e, particularmente, nordestina.

Mello delinea, em seu livro, uma estrutura que em muito se parece com *Casa-Grande e Senzala*, além do próprio *Nordeste*: a relação das diferentes raças entre si e com o espaço que habitam, tais como elas aparecem na documentação que diz respeito aos espaços dominados por holandeses ou em volta deles. Diversas vezes, Mello parece ter consciência e cuidado com o anacronismo ao colocar a palavra “Norte” e não “Nordeste”, como no subtítulo de seu trabalho: *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Assim, de forma discreta e em letra minúscula, o “Nordeste” desaparece sob o nome “Norte”. Não demora muito, contudo, e lá está o termo “Nordeste” na obra de Gonsalves de Mello como se ele, enfim, incorporasse seu livro à continuidade temporal entre passado e presente de uma suposta História do “Nordeste”: em um dado momento, por exemplo, ele afirma, que “A primeira câmara de escabinos do *Nordeste* foi a de Olinda, que tinha sob sua jurisdição o Recife e Antônio Vaz” [grifo nosso] (MELLO, 2007:68).

A importância do livro de Gonsalves de Mello, aliada à influência projetada por uma obra igualmente importante como a de Gilberto Freyre, certamente chamou a atenção de Luís da Câmara Cascudo. Em meados da década de 40, Cascudo pensava justamente no “domínio holandês” no “Nordeste” do Brasil:

Neste 1945 o Holandês não é pra mim um assunto, mas uma Presença. Conquistou e dirigiu a região brasileira em que nasci e vivo, a mais amada e conhecida. Não o encontro apenas nos livros, mapas, nótulas e relatórios da Geotroyed Westindische Companie [Companhia das Índias Ocidentais] [...] inapagável na memória nordestina. Para nós [nordestinos] o período flamengo não é mais história holandesa que nacional [...] Quando dizemos no tempo dos holandeses significamos uma vida normal [...] sangrando de naturalidade [grifos do autor] (CASCUDO, 1956:13)

Aqui, como em Freyre e em Gonsalves de Mello, a História do Nordeste se confunde com o passado colonial, particularmente o passado do espaço dominado pelos holandeses. Já no fragmento acima, Cascudo mostra como um discurso que será por ele mapeado ao longo do livro se relaciona diretamente com aquele que ele vive “corporalmente”, para voltarmos à interpretação que James Clifford constrói de Certeau

anteriormente comentada neste artigo. Mais à frente, analisaremos melhor o fragmento acima destacado. Por ora, basta dizer que, como se o que foi dito acima não fosse suficiente, Cascudo vai além, tornando ainda mais explícitas suas ligações com diversos aspectos da visão freyreana do passado brasileiro e, mais especificamente, do passado “nordestino”: ele dedica seu livro para, entre outras pessoas, José Antônio Gonsalves de Mello. E é ainda no começo de seu livro que Cascudo vai descrever o domínio holandês a partir de um dos temas caros à Gilberto Freyre: a questão das raças e a miscigenação.

Cascudo inicia sua reflexão descrevendo o espaço que os holandeses encontraram ao chegar ao Brasil, logo após um tenso momento inicial de invasão. Os holandeses eram eles mesmos, diz Cascudo, um povo cujo histórico de invasões ao longo da costa atlântica das Américas, era um registro de “histórias molhadas de sangue”. Ao chegar ao Brasil, os holandeses encontraram um espaço já configurado e plenamente formado: se depararam com toda uma economia “trazida da Europa”, economia essa guiada e orientada pelos portugueses, aqui descritos como o “colono branco, mentor, proprietário, dono da festa social”. Ao lado destes homens brancos, podiam ser encontradas outras duas raças, vinculadas a um “organismo funcional em plena ação, num plano desenvolvido e normal, como a respiração e o amor”: o negro e o indígena. Aqui, vemos como Cascudo descreve as relações sociais entre raças distintas como uma organização liderada pelo “colono branco”, organização essa que, de tão bem estruturada e mantida, já havia se tornado tão natural quanto “a respiração e o amor”. Os holandeses haviam encontrado apenas terras pouco povoadas perto das “praias do Hudson” na América do Norte, habitadas por indivíduos pertencentes a sociedades exóticas e ainda longe dos padrões europeus; no Brasil, encontraram, ao invés disso, uma sociedade em pleno funcionamento, já bastante “europeizada”: Encontrava-se, dessa forma, um espaço familiar, imbuído de valores europeus, apesar de misturado com outras “raças”, já se encontrando plenamente configurado e significado pelo colonizador português (CASCUDO, 1956:20).

Nesta sociedade que os holandeses encontraram, era o proprietário de terras o responsável pela “indústria” local, “indústria” essa que era garantida pela “distinção financeira” desses proprietários. Nessa sociedade, nos diz Cascudo, já existia uma “hierarquia” que “sistematizava as distâncias na sociedade nascente”. Os holandeses encontraram, por exemplo, o senhor de engenho, filho de “Europeu, usando espada,

chapéu de plumas, colar de ouro e montando cavalo ajaezado de prata espelhante”. Cascudo, até aqui, não descreve homens, nem um sequer como exemplo, em suas respectivas individualidades: de um lado, os “holandeses”, termo que inclui mercenários de vários países, a serviço de militares e comerciantes da Holanda; do outro, um espaço habitado por brancos, negros e indígenas, formando, juntos, uma “organização funcional em plena ação”, capitaneada pelo “senhor de engenho”, um modelo de “dono” do espaço aqui analisado (CASCUDO, 1956:21).

O “senhor de engenho”, prossegue Cascudo, era um modelo constituído genericamente enquanto um “europeu por dentro, capela privada, brasão d’armas nas pedras tumulares, escravaria, festas, vaidade do cavalo nos alardos da Milícia, aristocracia, fidelismo, compostura, sisudice”. Assim, o “dono” do espaço chamado Brasil era, em essência, um português que parece “trazido da Europa”. E ele trazia características que pareciam não ter sofrido mutações: daí sua capacidade de dotar o novo espaço colonizado de suas instituições (“capela privada”), símbolos que o distinguiam de outras raças (“brasão d’armas”), relações de poder e política (“aristocracia, fidelismo”) e até mesmo deixando transparecer, no próprio corpo, as marcas de sua dominação (“compostura, sisudice”). Cascudo parece tão certo da tranquilidade e segurança da dominação portuguesa que usa a palavra “escravaria” e “festas” na mesma frase. (CASCUDO, 1956:22).

Assim, o português, seja para onde fosse e onde estivesse, era sempre o mesmo. Para “provar” isso, Cascudo cita diversas experiências portuguesas em espaços distantes: Ceilão, New Bedford e até mesmo Viena. Para ele, é possível se observar aí uma “mobilidade incessante, com a fome sexual correspondente”, sendo que tudo isso representava um “índice maravilhoso de adaptação étnica”. Nesse sentido, o português detém, em si mesmo, as condições que o possibilitavam a dominar e a se impor sobre os espaços. Com efeito, Cascudo passa a reforçar cada vez mais isso: “o português é um dos povos de mais alta persistência nas linhas gerais e mestras de sua mentalidade e comportamento psicológico”. Não importando o espaço em que estiver, o “português” consegue manter “os traços tradicionais de sua fisionomia moral através de todos os continentes, onde fique para viver”. Foi graças a essa capacidade adaptativa que os portugueses criaram, no Brasil, “uma outra nobreza, também autêntica pela origem e local pelo nascimento” (CASCUDO, 1956:22-23).

O “português” deu origem a uma nova raça de homens que iria comandar e dirigir a colônia brasileira: o “mestiço senhorial”, que “ombreou e defendeu a terra do Brasil como um prolongamento do terreiro da Casa-Grande, do pátio da fazenda ou da varanda do engenho”. Tudo isso somava-se para formar o que Cascudo, utilizando-se de uma expressão que ele retira de Gilberto Freyre, chamou de “*qualidade de permanência*”. Portanto, como vemos até agora, Cascudo descreve traços físicos e psicológicos (“mobilidade incessante”, “fisionomia moral”) mostrando como eles tornaram possível espaços específicos (“terreiro da Casa-Grande”, “pátio da fazenda”, “varanda do engenho”), que viriam a se tornar símbolos de uma dominação. A dominação de um espaço, portanto, se dá pelo mapeamento e representação de outros menores, internos à ele (CASCUDO, 1956:22-23).

A partir desse ponto, Cascudo passa a argumentar que tudo o que foi descrito até agora veio a se tornar *fundamental* na resistência dos portugueses à tentativa de dominação, por parte dos holandeses, do espaço chamado “Brasil”. Ele argumenta que o “espírito da família portuguesa obstou a fixação do holandês como fundador de uma raça neerlandesa neotropical”. A incapacidade de se miscigenar cobrou um alto preço aos holandeses: isso porque ou ele (o holandês) possuía tal habilidade de adaptação “em dosagem inferior” ou sua capacidade de mobilizar-se para invadir o Brasil “absorveu e desviou” tal característica adaptativa de sua “natureza”. Cascudo prossegue argumentando que eram raros, por exemplo, os casamentos entre holandeses e portugueses. O contrário também poderia ser constatado e é o próprio Cascudo que nos diz isso: “Não recordo português que se houvesse maridado [sic] com moça flamenga”. Em seguida, cita Gilberto Freyre, para quem foi a própria capacidade de se miscigenar com as outras raças que se encontravam no Brasil (negros e indígenas) que permitiu que os portugueses compensassem a “deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas” (CASCUDO, 1956:23-24).

Como foi possível que os portugueses tivessem sido capazes de desenvolver essa capacidade de miscigenar-se e os holandeses não? Para responder a essa pergunta Cascudo recorre a uma suposta “concepção ecumênica do homem, de sua universal igualdade, sem as restrições de casta, lonjuras sociais e políticas e desníveis econômicos”. Para o português, em geral, qualquer mulher era digna de se tornar sua

esposa, independente de sua origem econômica e/ou de *status* social: o português era, afinal de contas, um homem devotado à “igualdade universal”, “naturalmente”. Como exemplo disso, o autor de “Geografia do Brasil Holandês” cita o “Adão pernambucano”, fundador da cidade de Natal e “vencedor dos Franceses [sic] no Maranhão, fonte de mil famílias, velocidade inicial da genealogia pernambucana” chamado Jerônimo de Albuquerque. Este homem era tão ligado ao “povo” que sua própria ascendência é capaz de “provar” isso: fruto de uma miscigenação, ele era filho de português com uma mulher indígena. A própria descrição de Jerônimo de Albuquerque serve como caracterização de um típico “miscigenado”: apesar de agir e pensar como “filho de fidalgo português” que era vestia-se com “cocar na cabeça, enduape na cintura e arco na mão” (CASCUDO, 1956:24-25).

A capacidade de se miscigenar, ligada à “natureza” do português, “faltou aos holandeses”, capacidade essa que Cascudo diz ser uma “virtude”. Ele diz ser “natural e instintiva” tal capacidade, o que se pode se perceber, diz ele, “desde as primeiras manhãs do Brasil colonial”, quando o português “lembrou-se de ir fazendo um povo para substituí-lo e dominar nas terras del-rei; povo sem recalques e apto á formação de um clima interior sem subalternidade”. Tudo isso constituía uma miscigenação em “perpétua disponibilidade ativa”, miscigenação essa que seria inútil caso essa raça mestiça que o português parecia originar fosse desprovida dos “valores de uma raça resistente e onímoda”. E todo esse processo de produção de tal “mestiçagem” aconteceu através de um “processo ainda impreciso de fixação cromossômica”. Esse processo obscuro e “impreciso”, contudo, não impede Cascudo de afirmar que os filhos mestiços dos portugueses herdaram mais genes dos pais, isto é, dos portugueses brancos, do que da mãe, de raça negra, indígena ou branca: a herança genética recebida por essa nova raça de homens só se deu no sentido de favorecer o lado paterno, aristocrata, cristão e branco, as características daqueles que, coincidentemente, se situavam na posição mais alta da hierarquia social, apesar das tendências “universais” de “igualdade”. Além disso, Cascudo afirma que esse processo “impreciso” desafiou até mesmo a “lição quase clássica da genética”, segundo a qual “os produtos de cruzamentos apresentam mais um mosaico de caracteres dos ascendentes”. Os “mestiços” surgidos a partir desses “cruzamentos” desafiadores de tal “lição quase clássica” herdaram até mesmo os

defeitos dos pais portugueses brancos, tais como a “preguiça e os ímpetos fecundos”, nas palavras do próprio Cascudo (CASCUDO, 1956:25-26).

Uma nova espécie de “mestiço brasileiro” estava surgindo agora no século XVII, classificado por Cascudo como “mameluco de português e índia, ou o mulato de português e negra”. Esse mestiço não se sentia “inferior” ou sequer buscava reagir aos problemas de uma sociedade em que o branco era o senhor que possuía uma “escravaria”. Com efeito, ele jamais demonstrava “insolência”, agindo sempre dentro de um “estado perfeitamente normal da consciência mestiça de sua igualdade, espantando-se apenas quando não lhe reconhecem os direitos que conquistou ao nascer e exerce como a uma função fisiológica”. Tais direitos vieram, continua Cascudo, de sua ascendência branca e portuguesa por parte do pai, algo capaz de garantir sua presença na “alta vida administrativa do Brasil”. Logo em seguida, é contada uma anedota como exemplo da condição do mestiço na sociedade colonial. Ela começa assim: num Regimento de Pardos, um oficial mestiço foi desrespeitado por um soldado e levou o caso ao comandante de seu Regimento. O comandante ignorou sua reclamação, desrespeitando-o. Revoltado, o oficial mestiço foi até o Vice-Rei do Brasil, que manda prender o comandante que desrespeitou o oficial mestiço e que recusou sua reclamação (CASCUDO, 1956:27).

De tudo o que foi dito acima, o autor do livro aqui analisado deduz a presença de um “instinto de cidadania” nos mestiços, algo que, ainda segundo ele, “não é um elemento de valor menor para dar ao mestiço a convicção de soberania da terra, um ar de quem sempre diz *estou na minha terra*, que não víamos, até poucos anos, no aldeão europeu [grifos do autor]”. Câmara Cascudo termina suas reflexões, nesse ponto, com mais uma anedota: ele conta a breve história de um mestiço que encontrou seu “amo” branco em uma estrada em Itamaracá. O branco se dirigiu ao mestiço sem retirar o próprio chapéu, algo que causou indignação neste último, que logo “arrebato o chapéu da cabeça do ‘branco’, dizendo – *Quando se fala com gente tira-se o chapéu!* O branco simplesmente ficou impassível, pegando o seu chapéu de volta assim que a conversa terminou [grifos do autor]” (CASCUDO, 1956:27-28).

Como vimos, até agora, o enredo construído por Cascudo tem a forma bastante parecida (mas não idêntica) com uma tragicomédia, para usar os termos de Hayden White e Northrop Frye, na medida em que define dois rumos para dois grupos distintos

de indivíduos aqui analisados que se cruzam: os portugueses e os holandeses. O espaço chamado “Brasil Holandês” é fruto da tensão entre esses dois grupos e de outras raças (negros, indígenas e “mestiços”) em relação a eles. Na medida em que o espaço do “Brasil Holandês” é construído e, em seguida, destruído, pela tensão entre portugueses e holandeses, Cascudo começa por delinear a história holandesa logo antes de sua invasão do Brasil, descrevendo algumas experiências anteriores da colonização holandesa. Em seguida, ele parte para descrever a configuração do espaço que os holandeses vieram a encontrar, quando de sua invasão. Depois disso, mostra a convivência tensa entre portugueses e holandeses, isto é, de um lado, os invasores dotados de grande capacidade de mobilidade e força militar, mas pouco propensos a misturar-se com as outras raças que encontraram aqui e, do outro lado, portugueses já bem adaptados, mas precisando ainda ter que lutar contra a bem organizada invasão holandesa. Por fim, os holandeses são expulsos por uma organização portuguesa já delineada desde o início, em grande parte, por uma suposta “essência” portuguesa, em sua “natural” capacidade de melhor se estabelecer em um espaço que exigia a miscigenação como estratégia fundamental para ser controlado.

Esse enredo representa uma tragédia para os holandeses, na medida em que eles não conseguem se libertar de um destino trágico já traçado em sua incapacidade de miscigenação: suas atitudes não importam, pois, geneticamente, eles já foram derrotados. Em sua incapacidade de misturarem-se com outras raças, os holandeses se deparam com seu *agon*, onde se delineia seu destino trágico já previamente traçado, que irá definir o seu drama histórico na invasão do Brasil. Ao fim, eles se resignam com a derrota, sendo obrigados a sair do espaço invadido, cedendo-o para os mais bem adaptados portugueses. Em suas reflexões em torno da miscigenação, Cascudo demonstra sua preocupação em encontrar uma razão que seja percebida em uma “essência” que tudo explique e que seja a “verdadeira” razão do fracasso holandês no Brasil, independente de suas ações: do início ao fim, é um eterno retorno do mesmo (a “essência” genética que leva ao fracasso) nos eventos aqui descritos da história holandesa.

Por outro lado, contudo, vemos um enredo com alguns elementos cômicos em relação aos portugueses. Os portugueses são colocados em uma situação difícil, de extrema tensão e conflito (o cenário de uma invasão). Os elementos que aí aparecem

(portugueses, holandeses, indígenas e negros) aparentemente são inconciliáveis: daí o conflito que existe permanentemente entre eles enquanto convivem entre si. Tal conflito só cessa, em grande medida, quando um dos elementos centrais é retirado da cena, isto é, no momento da expulsão dos holandeses do Brasil. A expulsão culmina não só na vitória dos portugueses e seus aliados, como também abrem espaço para o surgimento de uma nova raça de homens que mais tarde viriam a dominar o espaço do Brasil: os mestiços, fruto da mistura de portugueses, negros e índios. É menos na força militar, mas na capacidade de miscigenar-se que encontraremos a vitória final portuguesa, possibilitando uma reconciliação entre os seus diversos elementos, como indivíduos, instituições, etc., em um convívio de igualdade e não tão conflituoso quanto era com a presença holandesa – pelo menos a julgar pela descrição de Cascudo.

Ao tentar explicar o que é o “Brasil Holandês”, Cascudo descreve tal espaço enquanto um conjunto de partes que formam um todo. Tais partes se ligam pelas relações de conflito enquanto parecem reproduzir o todo em menor escala, independente de suas características específicas e diferenças entre eles. Assim, as relações entre as diferentes raças, seja de harmonia, seja de conflito, parecem ser as mesmas em qualquer das províncias que constituam os domínios portugueses contestados pelos holandeses, a julgar pelas descrições de Cascudo: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba etc. No geral, Cascudo nos descreve um “Brasil Holandês” que nada mais é do que um espelho das relações entre suas partes. A partir de Stephen Pepper (1942) podemos dizer que o autor de *Geografia do Brasil Holandês*, inicialmente, delineia uma descrição dos diversos elementos que constituem o espaço que ele analisa em suas particularidades. No entanto, logo em seguida, ele parte para generalizar tais particularidades de forma a integrá-las a um todo (o “Brasil Holandês”) que se torna representativo dos mesmos elementos que parecem simbolizar cada uma de suas partes (as províncias que o compõem). Além disso, se esse “Brasil Holandês” é, ele mesmo, um todo constituído a partir de suas diversas partes que o compõem, vemos que ele também é colocado enquanto uma continuidade do Nordeste, confundindo-se com ele. Isso só ressalta a propensão organicista da explicação de Cascudo, no sentido de integrar o Nordeste do presente a seu passado “natural”, fazendo com que esses dois espaços, o “Brasil Holandês” e o “Nordeste” se sobreponham, divididos apenas temporalmente: a mesma

divisão temporal que, paradoxalmente, tende a naturalizá-los e integrá-los enquanto momentos constitutivos da mesma História.

Podemos dizer também que, a partir do que examinamos nesse artigo, Cascudo constrói uma representação de homens e de relações entre esses mesmos homens a partir de toda uma “retórica da miscigenação”. Ela possui alguns dos elementos presentes na postura conservadora diante do mundo, tal como descrita por Karl Mannheim (1936:229-239), como a propensão naturalizante dos acontecimentos ao longo do tempo, estabelecendo continuidades que só reforçam o ritmo temporal presente nessa visão naturalizadora. Nesse sentido, tal retórica, partindo de pressupostos genéticos “imprecisos” e “obscuros”, como vimos, foi utilizada não só para servir como uma das razões do fracasso do domínio holandês no Brasil, como também para justificar a “natural” dominação portuguesa neste mesmo espaço. Transplantando diretamente da Europa as características que iriam permitir um “natural” ato de posse e dominação de suas terras na América do Sul, o português era capaz de se ligar e adaptar-se sem quaisquer dificuldades ao espaço que queria manter. Com o intuito de manter tal espaço sob controle, os portugueses são reduzidos a uma espécie de arquétipo do “homem bem adaptado”. Em seguida, são inseridos dentro de uma lógica de um darwinismo social que cobraria um alto preço dos invasores holandeses.

Explicar o fracasso da dominação holandesa também significava, para Cascudo, construir uma continuidade entre o passado português e o presente brasileiro. Explicar tal continuidade temporal, todavia, também implicava em justificar uma continuidade espacial: e o próprio Cascudo assim estabeleceu nas primeiras páginas de sua obra, como se fosse o plano geral da “Geografia do Brasil Holandês”. Com efeito, para compreender a “retórica da colonização” que ele constrói é preciso que voltemos para o as considerações iniciais de seu livro:

*Neste 1945 o Holandês não é pra mim um assunto, mas uma Presença. Conquistou e dirigiu a região brasileira em que nasci e vivo, a mais amada e conhecida. Não o encontro apenas nos livros, mapas, nótulas e relatórios da Geotroyed Westindische Companie [Companhia das Índias Ocidentais] [...] inapagável na memória nordestina. Para nós [nordestinos] o período flamengo não é **mais história holandesa que nacional** [...] Quando dizemos **no tempo dos holandeses** significamos uma vida normal [...] sangrando de naturalidade [grifos do autor] (CASCUDO, 1956:13)*

Sangrando de naturalidade: como a explicação de um fenômeno *natural* poderia ser construída? Sem dúvida, ela não poderia deixar de ressaltar, nela mesma, *os elementos que permitam a emergência de tal fenômeno, elementos sem os quais tal fenômeno não faria sentido ou não poderia acontecer*. Não é de se espantar, portanto, que Cascudo associe a miscigenação, descrita neste livro como uma capacidade “inata” dos portugueses, a um processo tão “natural” quanto a genética. Simultaneamente, para melhor dar sentido à sua explicação, Cascudo chega mesmo a dizer que a reprodução “natural” (genética) descrita por ele é um tanto obscura, fruto de um processo “impreciso”. Na verdade, para ele, tal processo não precisa ser tão detalhadamente explicado, pois ele já contém em si mesmo uma explicação: ele é “natural”.

Ao mesmo tempo, vemos como o texto de Cascudo segue uma estrutura que é muito parecida com aquelas do livro de Gonsalves de Mello e Freyre: organizado de modo a ter a questão das raças e da miscigenação como temas centrais. É a partir daí que Cascudo, assim como esses dois autores, constroem suas estratégias explicativas, buscando não só entender o passado como também tentar integrar esse passado ao presente que ele mesmo vive. Dessa forma, ele é capaz de naturalizar o passado e o presente ao mesmo tempo, sobrepondo-os espacialmente e situando os dois enquanto continuidades temporais. Assim como Freyre e Mello, portanto, o presente também é utilizado enquanto um elemento central na retórica da explicação do que é o Brasil Holandês, o qual, por sua vez, serve como um passado para o Nordeste: o espaço no passado é mapeado discursivamente a partir da experiência que Cascudo diz viver em sua própria época. Mais próximo de Freyre, Cascudo chega a sugerir, como no trecho destacado acima, de que forma uma história de domínio estrangeiro em terras brasileiras pode ser pensado como “história nacional”. Aqui, porém, não se trata de pensar apenas a perspectiva “brasileira” do período, mas a própria possibilidade de uma identidade nacional, de uma raça que aí surge (o “mestiço”) que é, em última análise, a gênese do que veio a ser o brasileiro.

De fato, ao explorar o assunto da miscigenação no período colonial, Cascudo reforça os contornos de uma continuidade espacial entre passado e presente através da figura do “mestiço”. Desde seu surgimento, como vimos Cascudo argumentar acima, o mestiço já demonstra um sentimento de posse diante do espaço da colônia portuguesa, já estando naturalizado nele um “instinto de cidadania”. Ele é, em outras palavras, um

cidadão do Brasil, fruto da união de brancos, negros e indígenas, com predominância do branco português. Assim, passado e presente confundem-se, como se a nacionalidade brasileira já se encontrasse construída no século XVII ou, pelo menos, já estivesse em vias de construção. Não deve nos surpreender, portanto, que o “Brasil Holandês” permaneça “inapagável na memória nordestina” não sendo mais “história holandesa” que “nacional”, isto é, brasileira. A “Geografia do Brasil Holandês”, nesse sentido, remete a um espaço que em muito transcende sua denominação. Tal construção espacial nada mais é que o próprio “Nordeste brasileiro”, só que invadido e temporariamente dominado por holandeses. É dessa forma que a continuidade espacial significa uma continuidade temporal e identitária que desenha, explica e legitima, historicamente, o recorte espacial chamado “Nordeste”.

BIBLIOGRAFIA

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

FRYE, Northrop. **Anatomy of criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **Gilberto freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guilherme. **Gilberto freyre: uma biografia intelectual**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. New York: A Harvest Book/Harcourt, Inc., 1936.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PEPPER, Stephen C. **World hypotheses**: a study in evidence. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1942.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.